



**SOL, VENTO, SOMBRA E ÁGUA FRESCA:
QUAIS SERIAM AS CARACTERÍSTICAS
DESEJADAS PARA UM BOM ESPAÇO
PÚBLICO?**

Anderson Francison  

Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do
Paraná, Campus de Campo Mourão
Contato: a.francison@hotmail.com

Marcos Clair Bovo  

Professor associado do Departamento de Geografia da Universidade
Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão
Contato: mcbovo69@gmail.com

Como citar: FRANCISCON, A.; BOVO, M. C. Sol, vento, sombra e água fresca: quais seriam as características desejadas para um bom espaço público?. **Revista Formação (Online)**, v. 29, n. 54, p. 07-30, 2022.

Recebido: 24/12/2020

Aceito: 25/01/2022

Data de publicação: 18/03/2022

Resumo

Ao longo da história, os espaços públicos exerceram e sofreram substanciais transformações funcionais e espaciais, as quais são resultantes de fatores socioculturais, econômicos e ambientais. À medida que a sociedade evolui e adquire novos hábitos faz com que os espaços públicos se tornem mais ou menos atrativos, ou ainda, ficam à mercê de significativas reformas espaciais. Espaços públicos idealizados no século XX e, até mesmo no século XXI, em muitas ocasiões já não atendem à sociedade contemporânea globalizada e em constantes mutações socioculturais. Na contemporaneidade, diferentes espaços públicos apresentam diferentes intensidades quanto à capacidade de atrair e manter seus frequentadores, características intrinsecamente ligadas aos seus atrativos (forma e função) e suas potencialidades. Assim sendo, o artigo objetiva caracterizar as potencialidades desejadas pela sociedade contemporânea por bons espaços públicos, considerando aspectos relativos à sua forma e função. O aporte metodológico é constituído de pesquisa bibliográfica envolvendo a Geografia e a Arquitetura e Urbanismo por meio de uma abordagem interdisciplinar, sendo esta de caráter descritivo e qualitativo. Os resultados indicam que o espaço público potencial é aquele feito para atender ao homem, fornecendo-lhe prazer, conforto e proteção por meio de seu significado de legibilidade, diversidade, escala humana, espírito de vizinhança e flexibilidade funcional. Diante disso, concluímos que o espaço público deve ofertar um programa de necessidades e, ao mesmo tempo, deve haver um público interessado em frequentá-lo, tornando-o assim um espaço potencial para diferentes usos.

Palavras-chave: Espaço público. Potencialidades. Função.

SUN, BREEZE, SHADOW AND FRESH WATER: WHICH CHARACTERISTICS WOULD BE DESIRABLE FOR A GOOD PUBLIC SPACE?

Abstract

Throughout the course of history, public spaces have both played and been subjected to substantially functional and spatial transformations resulting from socio-cultural, economic and environmental factors. As society evolves and acquires new habits, public spaces become more or less attractive, or else, they are at the mercy of major spatial reforms. The idealisation of public spaces in the 20th Century, and even in the 21st century, on many occasions no longer serve the needs of a contemporary globalized society in constant socio-cultural mutation. In the contemporary age different public spaces have different intensities in terms of being able to attract and keep visitors, a characteristic inherently linked to their attractiveness (shape and function) and their potential. Nevertheless, the article aims to characterize the desirable capabilities of today's society for good public spaces by considering aspects relating to their form and purpose. The methodological support is based on bibliographic research involving Geography and Architecture & Urbanism by means of an interdisciplinary approach, the latter being of a descriptive and qualitative character. The results indicate that the potential public space is the one designed to suit people, providing them with pleasure, comfort and protection via its meaning of legibility, diversity, human scale, spirit of neighbourliness and functional flexibility. In view of this, we conclude that public space must offer a program to meet needs and there must be a simultaneous public interested in attending it thereby making it a potentially space for distinct uses.

Keywords: Public space. Potentials. Function.

SOL, VIENTO, SOMBRA Y AGUA FRESCA: ¿CUÁLES SON LAS CARACTERÍSTICAS DESEADAS DE UN BUEN ESPACIO PÚBLICO?

Resumen

A lo largo de la historia, los espacios públicos han ejercido y experimentado transformaciones funcionales y espaciales, resultado de factores socioculturales, económicos y ambientales. A medida que la sociedad evoluciona y adquiere nuevos hábitos, los espacios públicos se vuelven más o menos atractivos, o estén a merced de importantes reformas espaciales. Los espacios públicos idealizados en el siglo XX, e incluso en el siglo XXI, a menudo ya no responden a las necesidades de una sociedad contemporánea, globalizada y en constante cambio sociocultural. En la contemporaneidad, los distintos espacios públicos presentan diferentes intensidades en cuanto, de la capacidad de atraer y mantener a sus visitantes, características intrínsecamente ligadas a sus atractivos (forma y función) y potencialidades. En este contexto, el artículo tiene como objetivo caracterizar las potencialidades deseadas por la sociedad contemporánea para los buenos espacios públicos, considerando aspectos relacionados con su forma y función. El aporte metodológico consiste en una investigación bibliográfica en la que intervienen la Geografía y la Arquitectura y Urbanismo por medio de un abordaje interdisciplinario, descriptivo y cualitativo.

Los resultados indican que el espacio público potencial es el que está hecho para satisfacer a las personas, proporcionándole placer, comodidad y protección a través de su significado de legibilidad, diversidad, escala humana, espíritu de barrio y flexibilidad funcional. Ante esto, concluimos que el espacio público debe ofrecer un programa de necesidades y, al mismo tiempo, debe haber un público interesado en frecuentarlo, lo que lo convierte en un espacio potencial para diferentes usos.

Palabras clave: espacio público. Potencialidades. Función.

INTRODUÇÃO

As ruas, as calçadas, os parques e as praças são exemplares icônicos do espaço público na contemporaneidade. No entanto, mesmo em se tratando de espaços públicos, alguns exercem maior ou menor capacidade de atração para a sociedade. Mas, afinal, quais são as características que fazem a praça central ser mais ou menos frequentada do que a pracinha da periferia? Além do mais, determinados espaços públicos corroboram com a atração de grupos semelhantes de pessoas, tanto do ponto físico quanto simbólico?

Assim, entendemos que o espaço público, por muitas vezes, pode não ser tão público/coletivo assim. Por isso, constantemente, torna-se o espaço da indiferença, do abandono, do desprezo e da segregação social. O espaço público pode contemplar algumas dicotomias como: frequentado/abandonado; utilizado por jovens/adultos; por ricos/pobres; por adeptos à calma/agitação, no entanto alguns dos espaços públicos propiciam a coexistência dos grupos citados, sendo esses espaços, definidos como: espaços potenciais.

É importante destacar que um espaço potencial prima pela capacidade de atração e de permanência dos frequentadores. Assim, o artigo objetiva caracterizar as potencialidades desejadas pela sociedade contemporânea por bons espaços públicos, considerando aspectos relativos à sua forma e função. Para tanto, propomos os seguintes questionamentos: Qual a relação entre espaço público, programa de necessidades, forma, função e perfil (físico e simbólico) do usuário? Assim, consideramos o espaço público como elemento construído, com suas formas e funções (materialidade) e atividades culturais (imaterialidade) nele desenvolvidas.

O aporte metodológico teve por base a pesquisa interdisciplinar, estabelecendo diálogos entre a Geografia, Arquitetura e Urbanismo. Além do mais, a pesquisa segue caráter descritivo e qualitativo, na qual vamos descrever as principais características almejadas em um espaço público potencial.

Embora com o objetivo de caracterizar o bom espaço público, destacamos que o conceito “bom” é subjetivo, dessa forma o mesmo espaço pode ser definido como bom ou

insatisfatório, com base no conhecimento técnico-científico e cultural de quem o define. Sendo assim, destacamos que o título deste artigo, sobretudo em seu primeiro período “sol, vento, sombra e água fresca”, trata-se de uma metáfora, amplamente utilizada para definir uma condição de bem-estar atingido.

MATERIAIS E MÉTODOS

Descrever e qualificar o bom espaço público trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, envolvendo ciências distintas (materialidade e imaterialidade), compondo a culturalidade de um povo. Tem-se o espaço público construído representando a materialidade o elemento concreto, enquanto que, as atividades nele desenvolvidas (ações humanas) como elementos imateriais.

Para tanto, utilizamos como aporte metodológico a pesquisa interdisciplinar, estabelecendo diálogos entre a Geografia e Arquitetura urbanística. Pautada na revisão de literatura na qual pesquisamos as palavras-chave (espaço público potencial, apropriação do espaço público; atividades necessárias opcionais e sociais) em livros, periódicos científicos, dissertações e teses.

Além do mais, a pesquisa segue caráter qualitativo e descritivo. Qualitativa quando apresentamos o espaço público em seu caráter forma, funcional e os anseios por parte de seus frequentadores. Descritiva quando descrevemos tais qualidades aplicadas ao espaço público. Descrevendo as sensações, os pensamentos e as percepções que o espaço público deve proporcionar a seus frequentadores.

POTENCIALIDADES, TRANSFORMAÇÃO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Potencialidades: substantivo empregado corriqueiramente em nosso cotidiano, no tocante a produtos, talentos humanos e até mesmo em pesquisas científicas. No entanto, afinal, o que é potencialidade? O que é um espaço público potencial? Entendemos como potencialidades a possibilidade de se atingir objetivos, a possibilidade de transformar algo em realidade no presente momento ou em momentos futuros.

Assim, Dinoá (2005) e Barbosa (2010) consideram o sentido de um espaço público potencial, aquele que cumpre a sua função social, cultural junto à sociedade. Podemos acrescentar como premissa também os fatores: econômicos, turísticos e simbólicos.

Para Gehl (2011), o espaço público potencial é aquele feito para o homem voltado às atividades humanas, como caminhar, socializar, comprar, sentar, descansar entre outros. Enquanto para Jacobs (2014), é aquele que propicia a seus frequentadores um programa de atividades distintas, alto fluxo de pessoas, segurança e integração com o entorno. Para o autor, a vizinhança deve integrar e fazer parte do espaço público. Já para White (2001), pessoas atraem pessoas, ou seja, um espaço público frequentado tem maior poder de atração de novos frequentadores. Desse modo, além da diversidade e da escala humana, Calliari (2016) acrescenta conter significância histórica e legibilidade.

Assim sendo, Gatti (2013) corrobora com os autores supracitados ao destacar que o espaço público é potencial quando propicia condições seguras de locomoção para pedestres e modais não motorizados; acessibilidade; segurança; arborização; conforto; lazer ativo e contemplativo e também apelo visual. Porém, Barbosa (2010) acrescenta outros atributos como a possibilidade de cultivar o corpo e a mente, a educação ambiental e o sentimento de liberdade. No mesmo sentido, Paula e Ferreira (2014) citam o espaço público como potencial no fornecimento do bem-estar. É importante destacar a relação entre homem e espaço, tendo em vista não haver espaço sem a presença do homem. Segundo Sobarzo (2004, p.182), um espaço é tão potencial quanto a sua capacidade de apropriação, ou seja, destacamos “[...] as potencialidades de transformação na escala do espaço urbano por meio da apropriação cotidiana dos espaços públicos”.

A capacidade de apropriação – forma e função – está diretamente ligada com o contexto do espaço público de acordo com Souza (2008). Para o autor é “[...] o contexto que os produz e os torna potencialmente produtores [...]. Cada espaço público possui seu contexto, e juntos criam um novo contexto. Diferenças e similaridades caminham em conjunto” (SOUZA, 2008, p.22).

Para Gatti (2013, p. 20), as ausências das características descritas destacam a necessidade de projetar novos espaços ou readequá-los conforme as necessidades coletivas da sociedade contemporânea, pois: “a leitura dos espaços públicos existentes [...] poderá indicar a necessidade de adaptações ou a criação de novos espaços, bem como evidenciará os problemas e potencialidades de cada lugar”, a relação – forma/atividades – torna-se o ponto de análise. Assim sendo, Vieira (2010, p.5) afirma que existe uma relação direta entre forma, escala e apropriação espacial que deve ser trabalhada na produção ou readequação de novos espaços públicos. Essa relação direta ocorre entre “a configuração do espaço e sua apropriação, e que as formas potencializam o uso do espaço público. A investigação identifica atributos a serem considerados na proposição de novos espaços públicos ou na readequação dos já existentes”.

É nesse contexto que Ferro (2003) destaca que o espaço geográfico em singularidade não apresenta potencial para que o potencial exista, é necessário haver interação entre sociedade, poder público e o espaço para que cada um cumpra a sua função:

[...] o espaço geográfico onde tudo acontece, é verdadeiramente o agenciador de seu próprio desenvolvimento [...] a determinante para a garantia e ocorrência ou não da melhoria na qualidade de vida da população que o habita é a capacidade que a própria população tem de desenvolver e descobrir seus próprios potenciais, sem se esquecer da vocação natural do lugar [...] unidos, as chances de uma coalizão entre todos os setores da sociedade despontam para uma governança não-paralela ao poder público, mas adicionante a este, capaz de contribuir e dar suporte a ações com interesses e objetivos comuns evidencia-se maiores oportunidades de alcance de melhoria e extensão nos níveis que determinam a qualidade de vida (FERRO, 2003 p. 34).

É nesse sentido que Valverde (2007, p.77) defende o espaço público como ponto de equilíbrio entre poder público e sociedade, para o autor, “[...] tal espaço se concretiza como um campo de forças, como um equilíbrio que pode ser criado entre a ordem pública e a vida social, estabelecido através do espaço”.

Dessa forma, entendemos que tanto a sociedade e quanto o poder público são responsáveis pela potencialidade dos espaços públicos, no entanto para Vieira (2010, p12-13), o poder público em muitas ocasiões não consegue visualizar potencialidades nos espaços públicos, considerando-os como fardos, absorvendo altos custeios de verbas públicas. Assim, “[...] refuta-se a ideia do espaço público como um espaço que sirva apenas à circulação de automóveis e de mercadorias, encarado como um espaço inseguro, um fardo para o poder público”. Sendo assim, deve reconhecer o “[...] potencial do sistema de espaço público como matriz da estrutura urbana, surgido a partir do parcelamento da terra e que se modifica ao longo do processo de urbanização”.

A relação entre espaço, poder público e sociedade é retratada por Santos (2004), no sentido de que uma mesma praça pode ser dotada de uma justaposição de espaços potenciais distintos, ou seja, espaço potencial ao lazer ativo, ao lazer contemplativo, a conversações, manifestações, realizações de atos religiosos, entre outros.

O próprio significado dos espaços públicos tende a modificar-se e, com isso, a sua potencialidade de representar terreno de encontro e lugar privilegiado das sociabilidades e elaboração simbólica, sendo igualmente apropriado e partilhado por grupos sociais muito diferentes entre si (SANTOS, 2004, p.21).

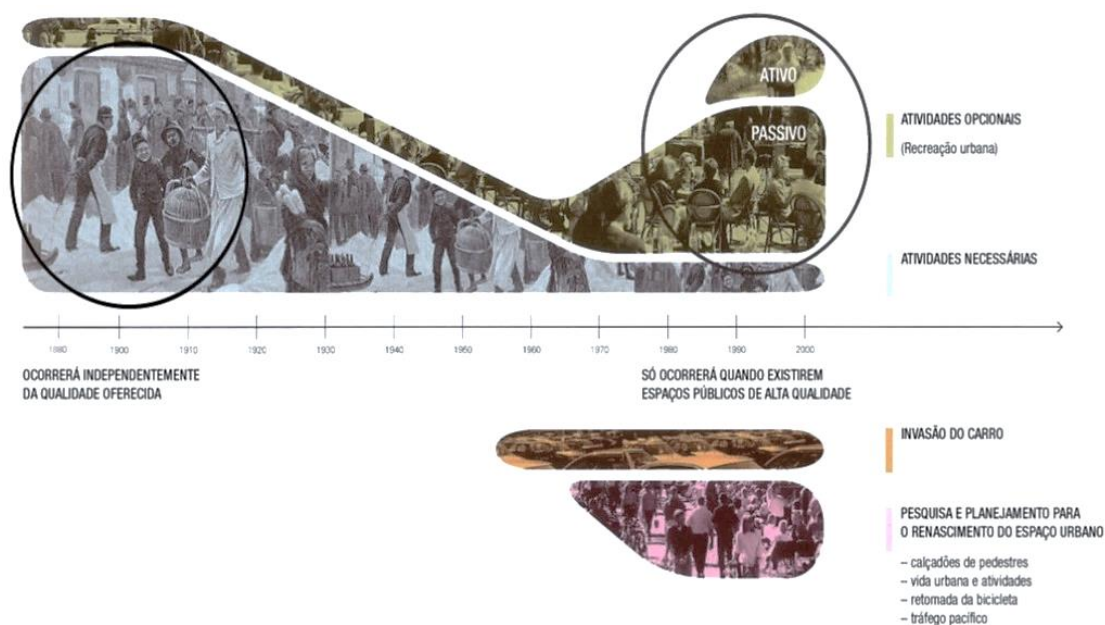
Assim sendo, percebemos certa indefinição acerca de espaço público potencial, visto que ele muda de acordo com os atores envolvidos. Por conseguinte, uma praça equipada com

uma concha acústica somente será potencial se inserida numa sociedade adepta de eventos culturais, caso contrário será apenas um equipamento ocioso. Assim, consideramos potencialidades como as características que o espaço público tem de cumprir as funções: econômicas, sociais, culturais, ambientais e simbólicas.

O ESPAÇO PÚBLICO POTENCIAL: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?

O espaço público e a sociedade submetem-se ao dinamismo metamórfico ao longo da história. Mesmo, sofrendo mudanças, o espaço público contempla atividades necessárias e opcionais, conforme figura 1. Tal infográfico ilustra a vida urbana exercida no espaço público entre os anos de 1880 a 2005. Notamos o declínio das atividades necessárias (caminhar, conversar) ao longo do século XX, atingindo um limite estável a partir de 1970, muito influenciado pela popularização do automóvel e do urbanismo progressista.

Figura 01 - Desenvolvimento da vida urbana, de 1880 a 2005.



Fonte: Gehl, et al (2006, *apud* IEMA, 2009, p.13).

A partir da década de 1960, o espaço público tem ganhado novas atividades de caráter opcional, dentre elas o lazer ativo (práticas esportivas, como: futebol, voleibol, skate, etc.) e contemplativo (atividades relacionadas à observação, conversação, leitura, relaxamento etc.).

A incrementação ocorreu simultaneamente à realização de pesquisas e planejamentos executados de forma que visassem a sua retomada. Alguns dos estudos desenvolvidos de forma

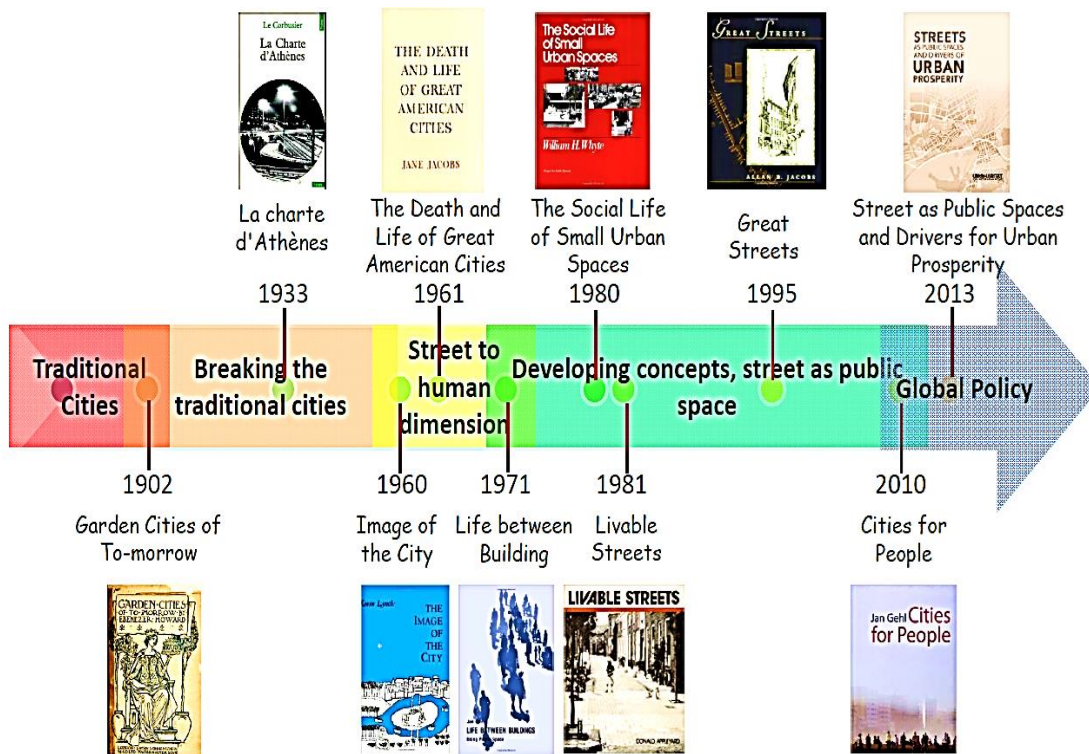
a conter o carrocentrismo e reutilizar o espaço público, durante o século XX e início do século XXI é ilustrado na figura 2.

A figura 2 ilustra os principais estudos desenvolvidos acerca da requalificação do espaço público urbano, iniciando ainda na cidade tradicional em 1902 com a publicação do livro *Cidades jardins de amanhã* (1902), de Ebenezer Howard. Em 1933, três décadas após o primeiro estudo, publica-se a *Carta de Atenas* de autoria de Le Cobursier

No período posterior, a rua é visada em escala humana e conceitual, é dotada de significativa produção intelectual, havendo cinco importantes estudos entre os anos de 1960 a 1981. Em 1960, *A imagem da Cidade* de Kevin Lynch; 1961 *Morte e vida de grandes cidades*; Jane Jacobs; 1971, *Life Between Buildings: Using Public Space* de Jan Gehl; 1980, *The social life of small urban spaces* de Willian H. Whyte, em 1981 *Livable streets* de Donald Appleyard

A última década do século XX traz uma única contribuição científica em 1995, a obra *Great Streets* de Allan Jacobs. Os primeiros anos do século XXI conta com dois estudos, o primeiro em 2010 de Jan Gehl, *Cidades para pessoas* e em 2013, a obra *Streets as public spaces and drivers of urban prosperity* desenvolvida e publicada pela UN-Habitat – Organização das Nações Unidas (ONU).

Figura 1 - Evolução dos estudos e visões sobre ruas e espaços públicos no planejamento urbano e no design.



Fonte: Faraby (2016, p.8).

Nesse contexto, é notória a dinâmica metamórfica funcional e social dos espaços públicos, trazendo defasagem e como resultado seu abandono ao longo da história. De forma a buscar uma inflexão, diversas foram as pesquisas em épocas, culturas e economias diferentes. Cada obra, com suas peculiaridades, havendo ao mesmo tempo consenso e discordâncias entre elas.

Dessa forma, entendemos que o espaço público potencial é aquele que apresenta alguns conceitos de uma visão da cidade e demais espaços públicos, ambos em constantes transformações, para Le Goff (1998), o espaço público potencial deve estar atento às mudanças ocorridas, portanto deve ser dinâmico. Le Goff menciona a icônica frase de Charles Baudelaire “a forma de uma cidade muda mais depressa, lamentavelmente, que o coração de um mortal”. “Ainda assim, a continuidade se firma em certas formas” (LE GOFF, 1998. p. 143).

Mesmo dinâmico, o espaço público deve propiciar permanência, pois caso funcione apenas como local de passagem, explica Calliari (2016). Para o autor, o espaço deve causar efeitos sensoriais, “[...] andar pela rua, sentar numa praça, assistir ao movimento numa mesa de bar na calçada, tudo isso traz sensações poderosas” (CALLIARI 2016, p. 52). Como sensações prazerosas, podemos citar a presença do: sol, vento, árvores, fontes de água, bancos e refeições (WHYTE, 2001).

Destarte, questionamos: O que é um bom espaço público? Para Calliari (2016, p. 57), “[...] A resposta está ligada à qualidade do espaço público em relação à qualidade da experiência humana que nele se dá: os encontros, as trocas entre pessoas, a prática da urbanidade”. A ferramenta de análise adotada pelo autor mede a capacidade dos espaços em atrair e proporcionar usabilidade aos frequentadores “A ‘régua’ a ser usada nessa medição é a capacidade dos espaços públicos de proporcionar o encontro e estimular as pessoas a permanecer por mais tempo nele”. Assim sendo, Calliari (2016) apresenta quatro características capazes de contribuir qualitativamente com o espaço público: *significado*, *legibilidade*, *diversidade e escala humana*, com base na literatura, incluímos espírito de vizinhança e flexibilidade funcional, (grifo nosso).

Segundo Calliari (2016, p. 58), o espaço deve apresentar significado, (*genius loci*) dando ao “estabelecimento de um sentido, portanto, transforma o espaço. O lugar é o espaço vivido. O significado é o que torna o espaço um lugar”.

Nesse sentido, o espaço público é associado ao tempo, descrevendo suas diferentes formas ao longo da história, “[...] aquelas imagens que vão se materializando [...], estão na verdade ancoradas tanto no tempo como no espaço” (ABREU, 1998, p. 82), para o autor tempo e espaço incide conjuntamente no histórico local levando ao “[...] extremo a metamorfose do

tempo em espaço”. Assim, o espaço público é importante elemento na preservação e transmissão da memória.

Para Calliari (2016, p. 61), o espaço público é comparado ao interior de uma edificação, proporcionando experiência vivida a seus usuários. “É a vivência, portanto, o que dá sentido a esse espaço, tornando-o íntimo, habitável, uma casa”. Nesse sentido, para Santos (2008) há uma troca de influências entre ambiente construído e frequentadores.

[...] o ambiente físico tem uma influência determinante sobre o comportamento humano e sobre o relacionamento das pessoas com o espaço. [...] O comportamento humano é, portanto, intrinsecamente “situacional”, uma vez que se enquadra nos contextos e configurações físicos assim como nos sociais, culturais e perceptuais (SANTOS 2008, p. 27).

No tocante à legibilidade, Calliari (2016, p. 62) acusa a necessidade de o homem entender, conhecer e se relacionar com o espaço. “[...] as cidades precisam de organizações para que seus habitantes as reconheçam e as decifrem. Tão mais confortável é a cidade quanto mais ela é reconhecível pelos seus habitantes”.

Corroborando com Calliari, Lynch (1989, p. 13) explica a importância da legibilidade no contexto público urbano “[...] designar a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”. Dessa forma, “[...] sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade”. A legibilidade tende a criar um mapa mental da cidade/espaço público com base no passado e no presente, “[...] esta imagem é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada e ela está habituada a interpretar informações e comandar ações” (LYNCH, 1989, p. 14).

Para Tuan (1980, p. 4), a legibilidade é a capacidade de registrar determinados fenômenos “[...] é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Desse modo, entendemos legibilidade no espaço público como a capacidade de influenciar psicologicamente o usuário, de forma que o mesmo pode ou não reconhecer facilmente o local. Quando conhecido, o usuário se sentirá seguro.

O bom espaço público deve apresentar diversidade funcional e coletiva. Calliari (2016 p. 66) entende que: “[...] É o barulho da cidade, o movimento de pessoas diferentes que passam em ritmos distintos, a fruição individual é vivida no ambiente coletivo”. O autor cita Jane Jacobs em defesa da diversidade, “[...] destaca o balé da sua vizinhança [...] ao longo do dia os

estabelecimentos comerciais vão sendo abertos, as pessoas se encontram, conversam, pedem favores. Crianças brincam [...] Gente que está nos prédios participa da rua” (CALLIARI, 2016, p. 66).

Enfim, a diversidade é de grande importância para a manutenção do espaço público. Dessa forma, Daroda (2012, p. 31) cita a diversidade como elemento vital à segurança, à usabilidade e ao fomento econômico... “[...] tais características asseguram ainda a vitalidade urbana, em termos sociais, através da troca interpessoal e intergeracional, mas também em termos econômicos, por garantir a sustentabilidade entre os usos”.

Jacobs (2014) fala sobre a necessidade de haver oferta de amplo programa de necessidades, principalmente à noite, citando a existência de bares, lojas e restaurantes como elementos atuantes no mantimento e segurança dos espaços públicos. A situação em epígrafe acaba por estimular a utilização do espaço, ampliando a área de caminhada em busca de atividades distintas. Os lojistas e pequenos comerciantes acabam sendo benéficos ao espaço público, pois nele há segurança, ordem e tranquilidade. O comércio tende a gerar usabilidade e segurança ao local.

A diversidade é tratada como elemento fundamental por Borja e Muxí (2000), sendo considerada como um elemento potencial, favorecendo a multifuncionalidade. Os autores citam a presença de pessoas e a continuidade de uso como forma de garantir a segurança.

Conforme Calliari (2016), a diversidade está presente em usos combinados, atraindo diferentes grupos de pessoas, assim dando uso contínuo ao ambiente em diferentes horários. Outras formas de favorecer a diversidade são: quadras curtas, fachadas variáveis e densidade humana.

No entanto, deve se atentar para diversidade (heterogeneidade), haja vista que a mesma pode proporcionar relações conflituosas, como a prática do lazer ativa nas proximidades de um grupo de leitores, nas palavras de Tuan, “idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum [...]. Porém, a heterogeneidade é também uma condição que incentiva o conflito” (TUAN, 2005, p. 251).

Segundo Calliari (2016), o bom espaço público deve contemplar a escala humana, ou seja, o espaço feito pelo homem para atender o homem. Ambientes feitos em escala apropriada: ambientes nem amplos, nem compactos; presença de bancos; instalações sanitárias; sombra e água fresca, conseqüentemente, privilegiando passeios pedonais. São os passeios pedonais que inserem o homem no espaço público, segundo Calliari (2016, p. 70) “analisar o lugar em seus detalhes, aqueles que só são percebidos pela pessoa que caminha a pé pela cidade”.

A relação escala humana é retratada por Mumford (1998, p.63), para o autor, grandes espaços tendem a propiciar espaços ociosos e desertos, “se a área da rua é ampla demais, pouca coisa acontece em poucos lugares, e apesar de todas as boas intenções em sentido contrário, os resultados são vastos espaços transformados em desertos simplesmente por ficarem vazios demais”.

Calliari (2016) pontua as características favoráveis à escala humana, como: andar, permanecer em pé, sentar, ver, ouvir, falar, espaços agradáveis, Soft Edges (terminologia utilizada por Jan Gehl para descrever/ilustrar fachadas e cercamentos lindeiros aos espaços públicos, constituindo importantes elementos que podem inibir ou promover contatos e atratividades. São exemplos de soft Edges: vitrines, escadas e terraços), contato e presença de árvores.

O bom espaço público deve manter o espírito de vizinhança, não devendo se comportar como uma ilha, o elo entre interior-exterior deve existir, ligação entre público e privado, nesse sentido,

[...] o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho “interno” coerente e de um desenho “externo” – as ruas e o tráfego da área – adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma de suas funções originais e essenciais (ALEX, 2008, p. 126.).

Peregrino et. al (2017) pontuam sobre a importância do espaço público se relacionar com a cidade e o setor privado, formando uma zona híbrida sendo de fundamental importância para o público:

[...] pois que o tratamento projetual das zonas híbridas constitui uma ponte que pode corroborar ou não para a transição entre o público e o privado. Tal transição, quando bem-sucedida, pode contribuir para a vida pública ou, quando malsucedida, pode implicar insegurança, isolamento, falta de relação entre os habitantes e o espaço público e até mesmo o esvaziamento desse (PEREGRINO et.al, 2017, p. 460).

Nesse sentido, para receber uma grande quantidade de pessoas, uma boa calçada deve apresentar três particularidades: separação entre espaço público e privado; existir olhos da rua, os chamados “proprietários naturais da rua”, ou seja, os edifícios lindeiros ao espaço público devem permitir visualização e, conseqüentemente, monitoramento da rua e, por fim, haver fluxo ininterrupto, pois tal situação aumenta a segurança e atratividade local, explica Jacobs (2014, p. 34).

Por alto, parece que temos algumas metas simples: tentar dar segurança às ruas em que o espaço público seja inequivocamente público, fisicamente distinto do espaço privado e daquilo que nem espaço é, de modo que a área que necessita de vigilância tenha limites claros e praticáveis; e assegurar que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos da rua o maior tempo possível (JACOBS, 2014, p. 34).

Para Calliari (2016, p. 49), o espaço público deve manter um “espírito de vizinhança”, o papel do espaço público deve garantir a possibilidade de criar e manter um espírito vicinal. Sua ausência segundo Jacobs (2014, p. 8) é desastroso para a rua e demais espaços públicos: “[...] a inexistência dessa confiança é um desastre para a rua. Seu cultivo não pode ser institucionalizado. E, acima de tudo, ela implica não comprometimento pessoal”.

Já Whyte (2001) defende a flexibilidade funcional dos espaços públicos, ou seja, cada indivíduo utiliza o espaço público da forma que mais lhe convier. Ambientes dotados de um programa funcional rígido tendem a inibir seus frequentadores, podemos dizer que o homem necessita de liberdade para se movimentar:

[...] Os autores Kevin Thwaites e Lan Simkins, no livro *Experimental Landscape*, reivindicam que o espaço público deve estimular a apropriação espontânea, deve permitir que o homem possa organizá-lo e alterá-lo, interagindo e alternando comportamentos. Uma área livre com uma rigidez configuracional limita a liberdade de movimento, o homem tende a abandonar e negligenciar esses espaços, principalmente diante das diversas opções oferecidas no contexto urbano (DARODA 2012, p. 35).

Do ponto de vista de Daroda (2012) e Whyte (2001), um amplo gramado pode ser utilizado de diversas formas, como piquenique, corridas, jogos desportivos, “pegar um bronzado” entre outros. Os espaços com programas funcionais rígidos acabam por gerar um espaço morto, estático e sem vida.

Em contraponto à Daroda e Whyte, Serpa (2013) apresenta a flexibilidade funcional, como apropriação do espaço público, na qual diferentes usos e funções acabam por gerar uma justaposição de territórios por muitas vezes individuais. Dessa forma, impondo ao espaço público barreiras físicas e simbólicas, conseqüentemente, torna-se um ambiente exclutor, portanto não potencial (SERPA 2004).

No entanto, para Daroda (2012, p. 40), espaços flexíveis proporcionam a interiorização de desejos da população, sendo “A apropriação dos espaços livres públicos demonstra as necessidades e carências de lugares mais abertos às possibilidades e voltados para o uso comum”. Para o autor, a adoção do espaço público efêmero é uma boa opção para a sociedade contemporânea “[...] uma vez que é adaptativa e capaz de acompanhar as mudanças de padrões

de usos e movimentos. Através de novos equipamentos urbanos, por exemplo, o uso do espaço público passa a ser recriado e reinterpretado permanentemente” (DARODA, 2012, p. 41).

Já para Jan Gehl (2013), o bom espaço público é aquele que cumpre uma série de exigências, visando proteger, confortar e proporcionar prazer aos frequentadores. É importante destacar que mesmo ilustrado de forma singular, a classificação de Gehl acaba por englobar os conceitos defendidos por demais autores.

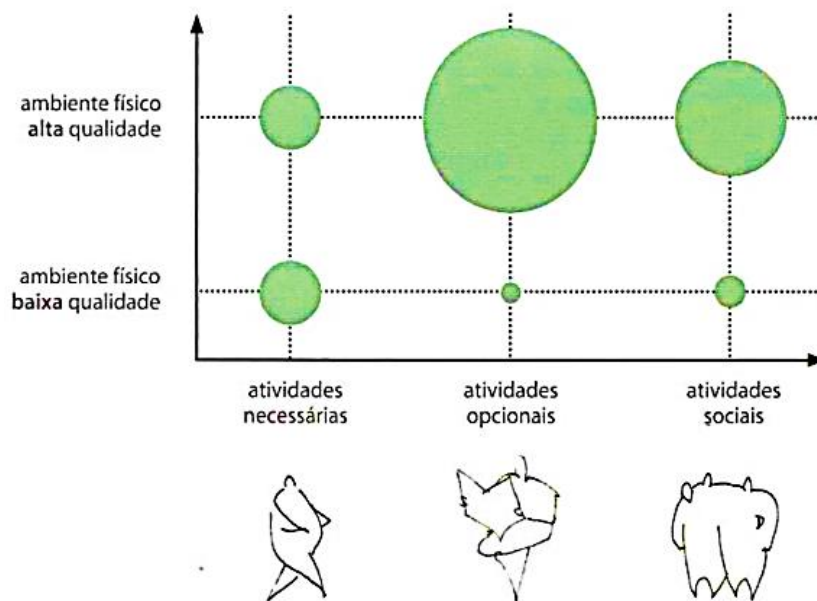
Assim, sinteticamente temos:

1. Proteção dos pedestres contra o tráfego e acidentes, o que elimina o medo do trânsito e leva a uma sensação de segurança.
2. Proteção contra o crime e a violência urbana: depende de haver muitas atividades na rua – dia e noite –, de a rua estar sob os olhos de muita gente, e ter boa iluminação.
3. Proteção contra experiências sensoriais desagradáveis, causadas por vento, chuva, calor/frio, poluição, ruído, poeira etc.
4. Oportunidades para caminhar: espaço suficiente e sem obstáculos, boas superfícies, acessibilidade para todos e fachadas interessantes, que ofereçam o que ver.
5. Espaços de permanência: zonas atraentes para sentar e/ou ficar de pé nas bordas dos espaços, suportes para ficar de pé.
6. Ter onde sentar, aproveitando as vantagens que o lugar oferece.
7. Possibilidades de observar: vistas interessantes, distâncias razoáveis, sem obstáculos, iluminação.
8. Oportunidades de conversar e ouvir: baixo nível de ruído, mobiliário adequado e que leva a isso.
9. Locais para jogar e se exercitar: convite à criatividade e a atividades físicas, a toda hora e em todas estações.
10. Escala humana nos edifícios e nos espaços abertos: que sejam pensados para a pessoa que caminha e não para quem passa dentro de um carro. É uma questão de tamanho e densidade.
11. Oportunidades de aproveitar os aspectos positivos do clima: sol/sombra, calor/frescor, brisas.
12. Experiências sensoriais positivas: bom projeto arquitetônico, bons materiais, vistas, árvores, plantas e água (GEHL 2016, p. 24-25).

Gehl (2016) alerta para a dificuldade em cumprir todos os princípios num único espaço público. Assim, ao atingi-los, o desenvolvimento de um espaço público potencial demanda o conhecimento funcional e social desejado, considerando: usuários, atividades desenvolvidas, frequências de cada evento e atividades privilegiadas. Entendemos que diferentes atividades demandam qualidades e anseios distintos.

Por isso, um ambiente de baixa qualidade (Figura 3) é capaz de suprir atividades necessárias, como caminhar, no entanto, um ambiente considerado bom, deve contemplar atividades opcionais e sociais, adquiridas apenas em projetos mais bem elaborados.

Figura 2 - Relação entre qualidade do ambiente e atividade desenvolvida.



Fonte: Gehl, (2013, p. 21).

De acordo com Gehl (2014), há cinco usuários característicos, sendo eles: Os visitantes cotidianos/diários que utilizam o espaço público para se deslocarem até suas residências, ou para trabalhar; os visitantes clientes, aqueles que utilizam o espaço público para visitas; os transeuntes que passam pelo local; os visitantes recreativos que frequentam o espaço em busca de lazer recreativo e, por fim, aqueles que visitam o espaço público em busca de eventos.

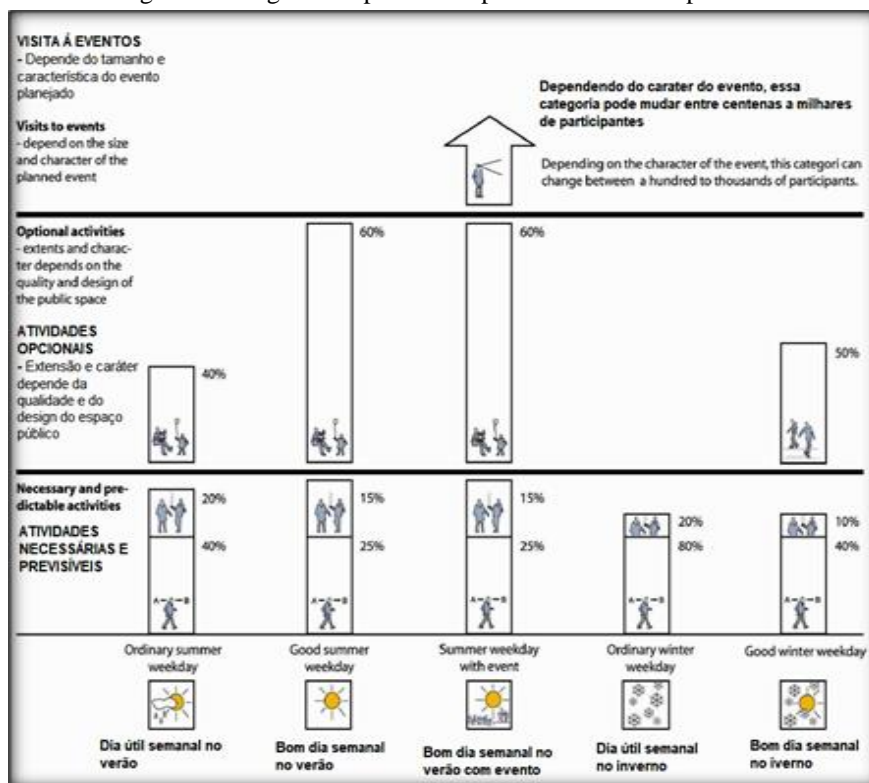
Conhecendo os usuários, torna-se necessário conhecer as atividades desenvolvidas e suas frequências. Gehl e Sohlt (2002) especificam quatro tipos de atividades possíveis de se ocorrer no espaço público, sendo elas: Atividade necessária diária (caminhar/ percorrer); Atividade recreativa diária: (descansar); Atividade recreacional: (recreação e diversão) e Atividade planejada: (observar/descansar).

Destarte, conhecer a utilização do espaço público é de grande importância, pois “[...] o uso fornece elementos de articulação entre espaços públicos, promovendo e ampliando a diversidade dos usuários. Verificar o uso do espaço é fundamental para revelar as necessidades dos frequentadores e assinalar os pontos positivos e negativos dos lugares” (ALEX, 2008, p. 27).

As citadas atividades podem ocorrer em determinadas frequências, podendo ser mais ou menos intensas, de acordo com as condições climáticas e estações do ano (Figura 4). Os dias calorosos do verão, dotados ou não de eventos, apresentam usabilidade distintas aos dias gelados do inverno. Nos verões prevalecem o exercício de atividades opcionais, enquanto no

inverno, as atividades mais frequentes são as atividades previsíveis e necessárias (GEHL, 2014).

Figura 3 - Prognóstico percentual para um bom dia e para os demais.



Fonte: Gehl (2014, p.47), tradução nossa.

Serpa (2011, p. 63) corroborando com Gehl (2014) alerta para a dificuldade de propor os espaços, haja vista que estes estipulam uma forma de utilização, nos quais podem ou não ocorrer, conforme trecho a seguir obtido em entrevista ao paisagista francês Gilles Clément, “[...]. Quando concebemos um espaço público desse gênero, nós não sabemos o que vai acontecer. Há a expectativa que ele favoreça diferentes usos, mas não sabemos exatamente quais”.

É nesse sentido que Serpa (2011, p. 76) explica sobre a capacidade dos usuários em se readequar ao objeto propostos: “Os usuários [...] por suas práticas espaciais [...] acabam por forjar novos discursos, [...] atitudes e as lógicas de apropriação espacial. As trilhas e os caminhos espontâneos nos gramados, os bancos ignorados ou disputados, as incivildades cometidas em determinados lugares [...]”.

Conforme exposto por Serpa (2011), o espaço público e práticas espaciais tornam-se indissociáveis. Além do mais, para Serpa (2011, p. 9) cada indivíduo percebe o espaço de forma distinta, “[...] visto, ainda, como espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de

culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

Da mesma forma, para Loboda (2008, p. 8), o fator usuário (cultural) é responsável por moldar a forma urbana e seus espaços públicos, assim: “[...] É nessa perspectiva que a materialização das formas nada mais é do que o resultado e/ou produto das práticas socioespaciais num determinado tempo e espaço”.

Assim sendo, Serpa (2011, p. 15) complementa que: “[...] forma e conteúdo são a um só tempo produtos e processos: são auto condicionantes, auto-referentes e historicamente determinados”.

Ainda que em um momento de retomada, de forma enfática e convicta, Serpa (2011) afirma que na contemporaneidade, o espaço público potencial passa de simples espaço social e recreativo para protagonista na renovação urbana.

Para Serpa (2011), as praças e parques urbanos e demais espaços públicos são importantes elementos na valorização territorial, sendo porções de terras vistas pelos gestores públicos como oportunidade para expor sua identidade, contratar projetos assinados por arquitetos de grife, implantar políticas públicas.

Assim, Souza (2018) pontua acerca da dificuldade em se classificar um espaço público como potencial ou decadente, haja vista as mutações socioculturais ao longo da história. De acordo com o autor, muitos dos pesquisadores “[...] não reconhece a natureza mutável das sociedades (no tempo e no espaço) e, por extensão, das categorias e conceitos que nós utilizamos para interpretá-las” (SOUZA, 2018, p. 203). Ou simplesmente torna-se necessário conhecer e intensificar o espaço público a partir da ótica da geografia Cultural, (VALVERDE, 2007).

Dessa forma, entendemos que o bom espaço público é subjetivo para alguns autores, possível de se imaginar para outros, torna-se uma incógnita. No entanto, é certo que não há espaços sem atividades humanas, para tanto um complementa o outro. Assim, entendemos que o bom espaço público é aquele que fornece prazer, conforto e proteção a seus usuários.

Nesse contexto (busca do conforto, prazer e proteção), Gatti; Zandonade (2017) estabelecem diretrizes para mapear espaços públicos, detectando ameaças, oportunidades ou potencialidades e ações possíveis conforme especificados no quadro 01.

Quadro 1 - Espaços públicos: condicionantes, potencialidades, deficiências e diretrizes

Ocorrência	Distribuição desigual dos espaços públicos na cidade.
Ameaças	- áreas periféricas sem opções de lazer a população precisa de deslocar para ter acesso a espaços de lazer; - baixa qualidade de vida nas áreas desprovidas de espaços públicos.
Oportunidades	- democratização do acesso aos espaços públicos e às áreas de uso livre: espaço público de qualidade em toda a cidade.
Ações possíveis	- mapeamento das áreas carentes de espaços públicos x áreas de trabalho e moradia; - identificação das necessidades da população e dos deslocamentos realizados pelas pessoas em busca de áreas de lazer; - identificação de áreas vazias e subutilizadas para a criação de novas praças e parques.
Ocorrência	Carências de infraestrutura, manutenção e cuidado com o espaço público.
Ameaças	- falta de uso; abandono; insegurança; diminuição da troca e das possibilidades de encontro; risco de acidentes com pedestres; desabrigo em relação a eventos climáticos como chuvas, ventos, etc.
Oportunidades	- oportunidade para readequar/revitalizar o espaço público conforme anseios da sociedade contemporânea.
Ações possíveis	- identificação de áreas de uso livre para receber infraestrutura e equipamentos; - priorização e adequação para pedestres e ciclistas; - redesenho de espaços baseados no clima e eventos climáticos; - redesenho dos espaços tendo como referência a segurança das pessoas e priorização de pedestres; - programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques); - implantação de infraestrutura cicloviária; - captação de parcerias para financiamentos em espaços públicos, sobretudo com empresas e comércios locais.
Ocorrência	Degradação ambiental.
Ameaças	- poluição sonora, atmosférica e química; poluição difusa: o que vai direto para os rios e lagos; depósito de resíduos sólidos e lixo acumulado; subutilização e abandono; degradação dos rios e lagos; proliferação de doenças.
Oportunidades	- oportunidade para implantar políticas e fazer valer das políticas públicas, enfatizando a necessidade de preservar, reciclar e zelar pelo meio ambiente.
Ações possíveis	- identificação das necessidades locais, com pesquisa de satisfação de conforto dos usuários nos diversos espaços públicos da cidade; - implantação de paisagismo e arborização para melhoria do microclima; - substituição da frota de transporte público para veículos não poluentes - investimento em infraestrutura cicloviária; - limpeza das galerias pluviais e reforço na coleta de resíduos sólidos; - aumento da permeabilização do solo e renaturalização das margens de rios e córregos; - envolvimento de entidades e comunidade local no processo de educação ambiental.
Ocorrência	Espaços públicos com consumo privado: parcerias que dão certo ou privatização do uso público?
Ameaças	- privatização do espaço público; segregação social; - descaracterização dos espaços naturais.
Oportunidades	- atratividades para espaços vazios ou subutilizados; - dinamização dos usos – segurança.
Ações possíveis	- participação da comunidade local na escolha dos novos usos e formas de gestão, a partir dos usos existentes e das necessidades da população local; - parcerias ou concessões de usos por tempo determinado; - controle social e público frente aos serviços oferecidos e preços praticados.

Quadro 2 - Espaços públicos: condicionantes, potencialidades, deficiências e diretrizes

(continuação)

Ocorrência	Ocupação dos espaços públicos.
Ameaças	- privatização do espaço público em prol de um grupo de pessoas, muitas vezes disseminando atividades ilícitas (consumo de entorpecentes, atividades culturais impróprias para determinadas faixas etárias, entre outras).
Oportunidades	- fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos; - democratização dos espaços públicos; - politização social; - atratividade para espaços vazios ou subutilizados; - dinamização dos usos.
Ações possíveis	- programa de reforço de zeladoria dos espaços públicos (calçadas, ruas, praças e parques); - contenção de ações policiais que oprimem o livre acesso aos espaços públicos.
Ocorrência	Festas populares.
Ameaças	- privatização do espaço público em prol de um grupo de pessoas, muitas vezes disseminando atividades ilícitas (consumo de entorpecentes, atividades culturais impróprias para determinadas faixas etárias, entre outras).
Oportunidades	- fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos; - democratização dos espaços públicos; - politização social; - atratividade para espaços vazios ou subutilizados; - dinamização dos usos.
Ações possíveis	- elaboração de calendário e mapeamento das festas populares municipais; - identificação de áreas de uso livre para conceder infraestrutura necessária às festas populares; - planejamento de reforço de zeladoria dos espaços públicos durante a realização das festas populares.
Ocorrência	Muito espaço para o carro, pouco espaço para o pedestre.
Ameaças	- poluição sonora e atmosférica; - congestionamentos; - desestímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos; exclusão social.
Oportunidades	- oportunidade para relegar a “máquina” à segundo plano; - implantar a escala humana, ou seja, a cidade feita para o homem.
Ações possíveis	- medições dos fluxos de pedestres e modais motorizados e não motorizados; - projeto de redesenho urbano para acessibilidade e qualificação dos espaços públicos.
Ocorrência	Cidades do interior: lugar das bicicletas.
Ameaças	- falta de infraestrutura para o ciclista em áreas de maior circulação de veículos.
Oportunidades	- redução do uso de veículos motorizados, com redução da poluição sonora e atmosférica e redução dos congestionamentos; - estímulo à vivência urbana e uso dos espaços públicos; - promoção de inclusão social; - melhoria da micro acessibilidade.
Ações possíveis	- medição dos fluxos cicloviários: estudos de demanda e oficinas com usuários; - planejamento de malha cicloviária com implantação de infraestrutura (ciclofaixas e ciclovias, sinalização horizontal e vertical, <i>traffic calming</i> em vias de uso compartilhado); - estudo de viabilidade para implementação de sistema de compartilhamento de bicicletas; - integração entre os modais; - implantação de paraciclos e bicicletários; - programas de paisagismo e arborização nas rotas cicloviárias - campanhas de educação para o trânsito.
Ocorrência	Calçadas como lugar para se estar.
Ameaças	- falta de conforto e segurança em áreas de alto tráfego motorizado.

Quadro 3 - Espaços públicos: condicionantes, potencialidades, deficiências e diretrizes

(continuação)

Oportunidades	- democratização dos espaços públicos; - incentivo aos laços sociais; - vitalidade urbana; - segurança e bem estar.
Ações possíveis	- identificação das ruas com baixo fluxo de automóveis motorizados e alto fluxo de pedestres para alargamento de calçadas; - redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos; - implantação de mobiliário.
Ocorrência	Bloqueio na circulação do pedestre no passeio público.
Ameaças	- falta de acessibilidade; desestímulo ao caminhar, sobretudo para os portadores de necessidades especiais e pessoas carregando carrinhos de bebês; - acidentes, insegurança e desconforto.
Oportunidades	- oportunidade para se implantar o desenho universal, ou seja, permitindo a acessibilidade física e simbólica a todos.
Ações possíveis	- levantamento das áreas críticas de circulação de pedestres; - implantação de faixa livre, faixa de serviços e faixa de acesso nos passeios públicos; - programa para planejamento do enterramento das fiações aéreas e eliminação postes; - programa de arborização urbana; - repaginação e nivelamento dos passeios.
Ocorrência	Sobras de planejamento sem uso.
Ameaças	- espaços vazios e subutilizados; conflitos para a circulação do pedestre.
Oportunidades	- criação de novos espaços públicos ou melhoria do existente; - instalação de novos usos e ampliação do passeio público.
Ações possíveis	- redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos; - avaliação de concessões de uso para criação de atratividades em espaços subutilizados.
Ocorrência	Margens de água.
Ameaças	- poluição; inacessibilidade para a população; espaços vazios e subutilizados.
Oportunidades	- criação de novos espaços públicos ou melhoria do existente; - instalação de novos usos e ampliação do passeio público.
Ações possíveis	- redesenho urbano com foco na acessibilidade e qualificação dos espaços públicos; - avaliação de concessões de uso para criação de atratividades em espaços subutilizados.
Ocorrência	Áreas simbólicas
Ameaças	- espaços degradados, vazios e subutilizados; - falta de incentivo à identidade local e as origens da população e da história dos territórios populares.
Oportunidades	- fortalecimento da identidade local e dos grupos étnicos; - democratização dos espaços públicos.
Ações possíveis	- identificação com a participação da população do patrimônio imaterial das cidades e dos usos simbólicos; - planejamento de reforço de zeladoria dos espaços simbólicos da cidade; - implementação de infraestrutura de apoio: mobiliário urbano, iluminação, redesenho para acessibilidade.

Fonte: Gatti; Zandonade (2017, p. 66-67), adaptado pelos autores.

Para finalizar, é importante salientar que o bom espaço público é benéfico à cidade “[...] os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade econômica e sentido de cidadania”

(BRANDÃO; CARRELO; ÁGUAS; 2002, p. 189). Além do mais, os espaços públicos podem influenciar culturalmente a sociedade que os frequenta, ou seja, a funcionalidade dos espaços públicos contemporâneos ficará registrada na memória de seus usuários, o que Morin (2005, p. 50) denomina de “*imprinting*”, ou seja, “marca original irreversível que é impressa no cérebro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público, ao longo de sua história, tem sofrido substanciais transformações de acordo com os anseios da sociedade, pois desde o início, o seu papel básico estava voltado às atividades necessárias do ser humano (caminhar/conversar). Com o decorrer dos anos, tais atividades já não eram mais suficientes para consolidar o espaço como potencial e atrativo. De forma a atender aos novos padrões da sociedade, novas funcionalidades foram incrementadas como as atividades opcionais e sociais.

Na contemporaneidade, diante de uma sociedade globalizada, cosmopolita e em constantes mutações socioculturais, o espaço público potencial torna-se um “produto” complexo, englobando inúmeras variáveis, no entanto o homem é o foco a ser atendido. Nesse contexto, respondemos nossos questionamentos:

Quais as características/princípios desejadas(os) em um bom espaço público? O bom espaço público é aquele que propicia ao homem o domínio sob o espaço, sendo as seguintes características: significado, legibilidade, diversidade, escala humana, espírito de vizinhança e flexibilidade funcional.

Destacamos que a relação projetual entre qualidade do ambiente e suas atividades desenvolvidas são impactadas de acordo com os ideais almejados, para tanto buscamos atender às atividades necessárias, opcionais e sociais. Quanto mais complexo for o programa de necessidades, maior será a diversidade e atratividade local, no entanto demandará maior esforço físico e financeiro do projetista.

Sabendo as características desejadas e a sua relação com o projeto, temos a relação espaço público/atividades antrópicas, ou seja, o espaço é uma produção do homem para atender ao homem. Dessa forma, entendemos que um mesmo espaço público pode atender de forma mais ou menos eficaz, diferentes grupos sociais. Ainda destacamos que o espaço público (em sua forma e função) é metamórfico, acompanha a sociedade em seus fatores socioeconômicos, ambientais e culturais.

Assim, entendemos que o espaço público potencial é complexo, exigindo grande conhecimento do projetista, do poder público e daqueles que fazem o espaço público acontecer

(frequentadores, vizinhança e comerciantes). Também devemos levar em consideração os eventos, as condições climáticas e formas de acessibilidade.

Para finalizarmos, destacamos que o espaço público potencial é aquele capaz de atender, atrair e dar condições de permanência a seus frequentadores, independente das funções por ele ofertadas. Ressaltamos ser indissociável a relação entre espaço, programa de necessidades e usuários. Em outros termos, o espaço deve ofertar um programa de necessidades e, ao mesmo tempo, deve haver um público interessado, ou seja, nada mais que a lei da oferta e demanda. Esse é o espaço potencial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
- ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.
- BARBOSA, L. C. **Potencialidades dos parques lineares na recuperação de áreas de fundos de vale**. 2010. 147f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2010.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público**: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Serbiula 2000.
- BRANDÃO, P.; CARRELO, M.; ÁGUAS, S. **O chão da cidade**: guia de avaliação do design de espaço público. Lisboa: Centro Português de Design, 2002
- CALLIARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: BEI Comunicações, 2016.
- DARODA, R. F. **As tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS. Porto Alegre, 2012.
- DINOÁ, L. M. **O espaço livre público em conjuntos habitacionais**: as praças potenciais do conjunto Mangabeira em João Pessoa. 2005. 185f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2005.
- FARABY, J. A. Street Space and Informality: towards an inclusive community. In: **3rd International Conference on Indonesian Architecture and Planning (ICIAP)**, Universitas Gadjah Mada, Yogyakarta, Indonesia. Disponível em: <<https://bit.ly/3lDhIZt>>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- FERREIRA, C. C. M.; PAULA, I. F. M. Análise dos espaços de uso público da cidade de Juiz de Fora (MG) com base no conceito de áreas verdes. **Caminhos de Geografia**, v. 15, n. 49, 2014.

FERRO, R. F. F. C. **Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em Termos de Ocupação**. 2003. 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

GATTI, S. **Espaços públicos**: diagnóstico e metodologia de projeto. Coordenação do Programa Soluções para Cidades. São Paulo: ABCP, 2013.

GATTI, S.; ZANDONADE, P. **Espaços Públicos**: Leitura urbana e metodologia de projeto (dos pequenos territórios às cidades médias). São Paulo: ABCP, 2017. 120 p.

GEHL, J. **Life between buildings**: using public space. Washington: Island press, 1980.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva. 2013

GEHL, J. **Cities for people**: people oriented city planning as strategy. Copenhagen: Founding partner, Urban quality consultants, 2014.

GEHL, J. **A grande virada**. Livroto, fronteiras do Pensamento, temporada 2016. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2QZLBHu>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

GEHL, J.; SOHOLT, H. **Public spaces and public life**: City of Adelaide 2002. Adelaide: Planning SA. 2002.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JACOBS, J.. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LE GOFF, J.. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

LYNCH, K.; A. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF, 1989.

LOBODA, C. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008. 352f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MUMFORD, L. **A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PEREGRINO, Y. R. et. al. O espaço livre público informal como locus da oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa-PB, Brasil. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 3, p. 456-473, 2017.

SANTOS, F. C. A. **Características físicas e sociais do espaço público**: nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da USP, 2004

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA, A. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, 2013.

SOBARZO MIÑO, O. A. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 324f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, F. S. **O espaço público contemporâneo**: a complexidade vista a partir de parques urbanos de Porto Alegre. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, A. F. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Geografares**, n. 26, p. 182-213, 2018.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

VALVERDE, R. R. H. F. **Por uma perspectiva geográfica dos espaços públicos**: repensando a espacialidade da dimensão social. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 67-78, 2007.

VIEIRA, I. M. O. **Configuração e Apropriação do Espaço Público**: Estudo de duas Praças em Criciúma/SC. 2010. 108f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WHYTE, W. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Nova York: Project for Public spaces, 2001.